

Miramar Holdings S.A.

CNPJ 09.060.272/0001-51
Sede: Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Contábeis da Miramar Holdings S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 25.498 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 331.746 mil e Ativos Totais de R\$ 332.850 mil. A Assembleia deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para

preservação e manutenção do capital social. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 30 de janeiro de 2019.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais				
	2018	2017	2018	2017
ATIVO				
CIRCULANTE	165.950	155.289		
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	165.768	155.289		
Dividendos a Receber (Nota 11a)	182	-		
NÃO CIRCULANTE	166.900	152.459		
Realizável a Longo Prazo	8	4.625		
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 12b)	8	4.625		
INVESTIMENTOS (Nota 6)	166.892	147.834		
TOTAL	332.850	307.748		
			2018	2017
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CIRCULANTE			1.104	1.258
Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 12c)			801	940
Dividendos a Pagar (Notas 7c e 11a)			242	252
Outras Obrigações (Nota 13)			61	66
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			331.746	306.490
Capital Social			167.000	167.000
Reserva de Lucros (Nota 7b)			164.746	139.490
TOTAL			332.850	307.748

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais					DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais					
	Exercícios findos em 31 de dezembro		Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais		
	2018	2017								
RECEITAS OPERACIONAIS	19.240	20.072								
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 6)	19.240	20.072								
DESPESAS OPERACIONAIS	(636)	(686)								
Despesas Tributárias (Nota 10)	(466)	(481)								
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 9)	(170)	(205)								
RESULTADO FINANCEIRO (Nota 8)	9.989	10.317								
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	28.593	29.703								
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 12a)	(3.095)	(3.185)								
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	25.498	26.518								
Números de ações	41.998.035	41.998.035								
Lucro líquido básico por lote de mil ações em R\$	607,14	631,41								
			2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Saldos em 31 de dezembro de 2016			167.000	17.526	95.698	4	-	280.228		
Ajuste Avaliação Patrimonial			-	-	-	(4)	-	(4)		
Lucro Líquido do Exercício			-	-	-	-	26.518	26.518		
Destinações: - Reservas			-	1.326	24.940	-	(26.266)	-		
- Dividendos Propostos			-	-	-	-	(252)	(252)		
Saldos em 31 de dezembro de 2017			167.000	18.852	120.638	-	-	306.490		
Lucro Líquido do Exercício			-	-	-	-	25.498	25.498		
Destinações: - Reservas			-	1.275	23.981	-	(25.256)	-		
- Dividendos Propostos (Nota 7c)			-	-	-	-	(242)	(242)		
Saldos em 31 de dezembro de 2018			167.000	20.127	144.619	-	-	331.746		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais					DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais					
	Exercícios findos em 31 de dezembro		Exercícios findos em 31 de dezembro	Exercícios findos em 31 de dezembro	Exercícios findos em 31 de dezembro	Exercícios findos em 31 de dezembro	Exercícios findos em 31 de dezembro	Exercícios findos em 31 de dezembro	Exercícios findos em 31 de dezembro	Exercícios findos em 31 de dezembro
	2018	2017								
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:										
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	28.593	29.703								
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:	(19.240)	(20.400)								
Resultado de Participações em Coligadas	(19.240)	(20.072)								
Juros e Variações Monetárias Líquidas	-	(328)								
Lucro Líquido Ajustado	9.353	9.303								
Aumento/(Redução) em Outros Ativos	1.495	1.365								
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	422	-								
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(539)	(2.260)								
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	10.731	8.408								
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:										
Dividendos Recebidos de Coligadas	-	81.405								
Alienação de Investimentos	-	64.388								
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	-	145.793								
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:										
Dividendos Pagos	(252)	(221)								
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(252)	(221)								
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	10.479	153.980								
Início do Exercício	155.289	1.309								
Fim do Exercício	165.768	155.289								
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	10.479	153.980								

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Miramar Holdings S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A Miramar Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 30 de janeiro de 2019.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2018. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável. A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis consolidadas quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas em CPC ou IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Instrumentos financeiros

A partir de 2018 a Companhia passou a aplicar o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Essa nova abordagem substituiu as categorias de ativos financeiros previstas no CPC 38 (IAS 39), que foi aplicado até 31 de dezembro de 2017: (i) Ativos Financeiros por Negociação - registrados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento - são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período; (iii) Empréstimos e Recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros; e (iv) Disponíveis para venda - registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos ao resultado e avaliados pelo valor de mercado com efeitos registrados no patrimônio líquido.

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

• Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

• Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

2.5) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.6) Investimento em controladas

São classificados como controladas as entidades pelas quais a Companhia exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Companhia possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os dividendos recebidos de investidas são registrados por equivalência patrimonial e reduzem o valor do investimento.

Ágio (Goodwill)

O ágio é originado no processo de aquisição de controladas e coligadas.

6) INVESTIMENTOS

A composição dos Investimentos está demonstrada a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado	Quantidade de ações possuídas (em milhares)		Participação no capital social - %	Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação	
				ON	PN		2018	2017	2018	2017
Andorra Holdings S.A.	100.000	190.335	41.834	119.197	-	45,9916	87.355	68.297	19.240	20.072
Ágio - Andorra Holdings S.A. (1)	-	-	-	-	-	-	79.537	79.537	-	-
Total							166.892	147.834	19.240	20.072

(1) O ágio está fundamentado na diferença entre o valor de mercado de ativos e o respectivo valor contábil, quando da aquisição da participação societária na Andorra Holdings S.A. Os testes de recuperabilidade dos ativos (*Impairment*) são feitos anualmente, não havendo perda a ser reconhecida.

7) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Quantidade de ações	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Ordinárias	41.998.035	41.998.035
Total	41.998.035	41.998.035

b) Reservas de lucros

Reservas de lucros	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Reservas de lucros	164.746	139.490
- Reserva legal (1)	20.127	18.852
- Reserva estatutária (2)	144.619	120.638

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2018 e 2017 estão demonstrados a seguir:

Lucro líquido do exercício	Reserva legal	Base de cálculo	Dividendos propostos	%	
				2018	2017
25.498	(1.325)	24.223	242	1,0	252

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

8) RESULTADO FINANCEIRO

Rendimento de aplicações em fundos de investimentos financeiros	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Juros ativos	9.881	9.989
Juros passivos	115	328
	(7)	-
Total	9.989	10.317

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
BRADSCARD ELO PARTICIPAÇÕES S/A	4
MIRAMAR HOLDINGS S.A.	2
TITANIUM HOLDINGS S.A.	6

Diário Oficial

Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 129 • Número 69
São Paulo, sexta-feira, 12 de abril de 2019

Página 2

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sexta-feira, 12 de abril de 2019 às 01:48:38.

Miramar Holdings S.A.

CNPJ 09.060.272/0001-51
Sede: Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

9) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Doações e patrocínios.....	90	119
Editais e publicações.....	67	74
Serviços de terceiros.....	13	12
Total	170	205

10) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Cofins.....	400	413
PIS.....	65	67
Outras.....	1	1
Total	466	481

11) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas, vigentes nas datas das operações, estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	Controladores (1)		Coligadas e controladas (2)	
	2018	2017	2018	2017
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa.....	5	6	-	-
Dividendos a receber.....	-	-	182	-
Passivos				
Dividendos a pagar.....	-	-	(242)	(252)

(1) Banco Bradesco S.A.; e
(2) Andorra Holdings S.A. e Banco Alvorada S.A.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

A DIRETORIA

Silvio José Alves - Contador - CRC 1SP202567/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da
Miramar Holdings S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Miramar Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Miramar Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

12) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	28.593	29.703
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	(9.722)	(10.099)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes.....	6.542	6.824
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(31)	(28)
Outros valores.....	116	118
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(3.095)	(3.185)

b) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar no montante de R\$ 8 (2017 - R\$ 4.625) referem-se a imposto de renda e contribuição social.

c) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 801 (2017 - R\$ 940), referem-se à Contribuição Social de R\$ 22 (2017 - R\$ 22), Imposto de Renda de R\$ 742 (2017 - R\$ 879) e PIS/Cofins de R\$ 37 (2017 - R\$ 39).

13) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Provisão de editais e publicações.....	61	66
Total	61	66

14) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017; b) Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não há processos com riscos fiscais, civis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis;

c) CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15) - requer que o reconhecimento da receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O CPC 47 substitui o CPC 30 e o CPC17, bem como interpretações relacionadas, anexa ao CPC 30, ICPC 02 e ICPC 11. O CPC 47 está em vigor desde 1º de janeiro de 2018 e não houve impactos decorrentes da sua adoção;

d) CPC 06 (R2) - Leasing (IFRS 16) - As principais alterações são: (i) não há mais a classificação em *leasing* operacional e financeiro para os arrendatários; e (ii) todas as operações de arrendamento mercantil serão ativadas e em contrapartida lançadas no passivo, devendo-se reconhecer juros passivos e depreciações/amortizações, utilizando-se o procedimento do atual *leasing* financeiro. O CPC 06 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Companhia não identificou contratos de arrendamento em suas operações; e e) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 11 de abril de 2019



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Diário Oficial acesso gratuito



Todo o acervo do Diário Oficial está disponível gratuitamente para pesquisa, inclusive o que você quiser saber sobre os balanços das empresas.

Imprensa Oficial, garantia de transparência e segurança da informação

www.imprensaoficial.com.br



Prêmio Mario Covas 2008
DO, online - A transparência dos atos do Governo disponível ao cidadão.

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 129 • Número 69
São Paulo, sexta-feira, 12 de abril de 2019

Página 3

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Miramar Holdings S.A.

CNPJ 09.060.272/0001-51
Sede: Cidade de Deus, Fregião Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Miramar Holdings S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 25.498 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 331.746 mil e

Ativos Totais de R\$ 332.850 mil. A Assembleia deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do capital social. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.

Colocamos-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 30 de janeiro de 2019.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais				
	2018	2017	2018	2017
ATIVO				
CIRCULANTE	165.950	155.289		
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	165.768	155.289		
Dividendos a Receber (Nota 11a)	182	-	1.104	1.258
NÃO CIRCULANTE	166.900	152.459		
Realizável a Longo Prazo	8	4.625		
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 12b)	8	4.625		
INVESTIMENTOS (Nota 6)	166.892	147.834		
TOTAL	332.850	307.748	331.746	306.490

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais				
	Exercícios findos em 31 de dezembro		DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais	
	2018	2017	2018	2017
RECEITAS OPERACIONAIS	19.240	20.072	Eventos	
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 6)	19.240	20.072	Saldos em 31 de dezembro de 2016	167.000
DESPESAS OPERACIONAIS	(636)	(686)	Ajuste Avaliação Patrimonial	-
Despesas Tributárias (Nota 10)	(466)	(481)	Lucro Líquido do Exercício	-
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 9)	(170)	(205)	Destinações - Reservas	1.326
RESULTADO FINANCEIRO (Nota 8)	9.989	10.317	Dividendos Propostos (Nota 7c)	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	28.593	29.703	Saldos em 31 de dezembro de 2017	167.000
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 12a)	(3.095)	(3.185)	Lucro Líquido do Exercício	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	25.498	26.518	Destinações - Reservas	1.275
Números de ações	41.998.035	41.998.035	Dividendos Propostos (Nota 7c)	-
Lucro líquido básico por lote de mil ações em R\$	607,14	631,41	Saldos em 31 de dezembro de 2018	167.000

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais				
	Exercícios findos em 31 de dezembro		DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais	
	2018	2017	2018	2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			Lucro Líquido do Exercício	25.498
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	28.593	29.703	Total do Resultado Abrangente do Exercício	25.498
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(19.240)	(20.400)		
Resultado de Participações em Coligadas	(19.240)	(20.072)		
Juros e Variações Monetárias Líquidas	-	(328)		
Lucro Líquido Ajustado	9.353	9.303		
Aumento/(Redução) em Outros Ativos	1.495	1.365		
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	422	-		
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(539)	(2.260)		
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	10.731	8.408		
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:				
Dividendos Recebidos de Coligadas	-	81.405		
Alienação de Investimentos	-	64.388		
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	-	145.793		
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:				
Dividendos Pagos	(252)	(221)		
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(252)	(221)		
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	10.479	153.980		
Início do Exercício	155.289	1.309		
Fim do Exercício	165.768	155.289		
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	10.479	153.980		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Miramar Holdings S.A. ("Companhia") tem por objetivo a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como colista ou acionista. A Miramar Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas nesse contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 30 de janeiro de 2019.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2018. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis
As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis consolidadas quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas em CPC ou IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.

2.2) Moeda funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente convertíveis em dinheiro.

2.4) Instrumentos financeiros
A partir de 2018 a Companhia passou a aplicar o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Essa nova abordagem substituiu as categorias de ativos financeiros previstas no CPC 38 (IAS 39), que foi aplicado até 31 de dezembro de 2017. (i) Ativos Financeiros para Negociação - registrados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) Investimentos mantidos até o vencimento - são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período; (iii) Empréstimos e Recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros; e (iv) Disponíveis para venda - registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos ao resultado e avaliados pelo valor de mercado com o efeito registrado no patrimônio líquido.

2.5) Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)
Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociação no curto prazo ou mantidos como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

2.6) Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)
São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deve ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

2.7) Determinação do valor justo
O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.8) Investimento em controladas
São classificados como controladas as entidades pelas quais a Companhia exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Companhia possui, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a porcentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou convertíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.

Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os dividendos recebidos de investidas são registrados por equivalência patrimonial e reduzem o valor do investimento.

6) INVESTIMENTOS
A composição dos Investimentos está demonstrada a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado	Quantidade de ações possuídas (em milhares)		Participação no capital social (%)	Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação	
				ON	PN		2018	2017	2018	2017
Andorra Holdings S.A.	100.000	190.335	41.834	119.197	-	45.9916	87.355	68.297	19.240	20.072
Ágio - Andorra Holdings S.A. (1)	-	-	-	-	-	-	79.537	79.537	-	-
Total							166.892	147.834	19.240	20.072

(1) O ágio está fundamentado na diferença entre o valor de mercado de ativos e o respectivo valor contábil, quando da aquisição da participação societária na Andorra Holdings S.A. Os testes de recuperabilidade dos ativos (*Impairment*) são feitos anualmente, não havendo perda a ser reconhecida.

7) PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Composição do capital social em ações
O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Quantidade de ações	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Ordinárias	41.998.035	41.998.035
Total	41.998.035	41.998.035

b) Reservas de lucros

Reservas de lucros	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Reserva legal (1)	164.746	139.490
Reserva estatutária (2)	20.127	18.852
Total	184.873	158.342

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos
Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos de lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2018 e 2017 estão demonstrados a seguir:

	2018	% (1)	2017	% (1)
Lucro líquido do exercício	25.498		26.518	
Reserva legal	(1.275)		(1.326)	
Base de cálculo	24.223		25.192	
Dividendos propostos	242	1,0	252	1,0

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

8) RESULTADO FINANCEIRO

Rendimento de aplicações em fundos de investimentos financeiros	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Juros ativos	9.881	9.989
Juros passivos	(7)	-
Total	9.889	10.317

9) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Doações e patrocínios	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Doações e patrocínios	90	119
Editais e publicações	67	74
Serviços de terceiros	13	12
Total	170	205

10) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Cofins	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Cofins	400	413
PIS	65	67
Outras	1	1
Total	466	481

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais	
						2018	2017
Saldos em 31 de dezembro de 2016	167.000	17.526	95.698	4	-	280.228	
Ajuste Avaliação Patrimonial	-	-	-	(4)	-	(4)	
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	26.518	26.518	
Destinações - Reservas	-	1.326	24.940	-	(26.266)	-	
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(252)	(252)	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	167.000	18.852	120.638	4	-	306.490	
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	25.498	25.498	
Destinações - Reservas	-	1.275	23.981	-	(25.256)	-	
Dividendos Propostos (Nota 7c)	-	-	-	-	(242)	(242)	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	167.000	20.127	144.619	4	-	331.746	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

11) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas, vigentes nas datas das operações, estão assim representadas:

Ativos	Controladores (1)		Coligadas e controladas (2)	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	5	6	-	-
Dividendos a receber	-	-	182	-
Passivos				
Dividendos a pagar	-	-	(242)	(252)

(1) Banco Bradesco S.A.; e (2) Andorra Holdings S.A. e Banco Alvorada S.A.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração
A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

12) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	28.593	29.703
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(9.722)	(10.099)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes	6.542	6.824
Despesas indutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(31)	(28)
Outros valores	116	118
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(3.095)	(3.185)

b) Tributos a compensar ou a recuperar
Os tributos a compensar ou a recuperar no montante de R\$ 8 (2017 - R\$ 4.625) referem-se a imposto de renda e contribuição social.

c) Impostos e contribuições a recolher
Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 801 (2017 - R\$ 940), referem-se à Contribuição Social de R\$ 22 (2017 - R\$ 22), Imposto de Renda de R\$ 742 (2017 - R\$ 879) e PIS/Cofins de R\$ 37 (2017 - R\$ 39).

13) OUTRAS OBRIGAÇÕES

Provisão de editais e publicações	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Provisão de editais e publicações	61	66
Total	61	66

14) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017;

b) Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não há processos com riscos fiscais, civis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis;

c) CPC 47 - Recalculação de Contratos com Clientes (IFRS 15) - requer que o reconhecimento da receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O CPC 47 substituiu o CPC 30 e o CPC17, bem como interpretações relacionadas, anexa ao CPC 30, ICP 02 e ICP 11. O CPC 47 está em vigor desde 1º de

Miramar Holdings S.A.

CNPJ 09.060.272/0001-51
Sede: Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

Miramar Holdings S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Miramar Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Miramar Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 11 de abril de 2019



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

23,1 MILHÕES DE INTERNAUTAS QUE FAZEM A DIFERENÇA NO CENÁRIO ECONÔMICO DO PAÍS

Divulgue o balanço anual da sua empresa para quem interessa, anunciando nos veículos de maior impacto e cobertura no mercado.

ECONÔMICO **Valor + O GLOBO + Valor RI** ECONÔMICO

MUITO MAIS VISIBILIDADE PARA A SUA EMPRESA



ANUNCIE: 11 3767.7043 • 21 3521.5500 • 61 3717.3333
www.valor.com.br/valor-ri